

3/1/97 9
88

Amazonas poderá ser dividido

Militares acham que, com a criação de novos territórios, a região das fronteiras nacionais ficará mais protegida contra invasores

Cleber Praxedes
Da equipe do Correio

O Brasil pode ganhar dois territórios até o final do governo Fernando Henrique Cardoso, em 1998. Um estudo sigiloso que vem sendo feito pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República juntamente com o Estado Maior das Forças Armadas (Emfa), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e técnicos da Fundação Getúlio Vargas (FGV) sugere a redivisão do estado do Amazonas, com a criação dos territórios de Rio Negro e Alto Solimões.

Os militares são os mais empenhados na criação desses territórios, por considerarem que essa é uma das soluções para o País exercer uma rigorosa fiscalização das fronteiras do Brasil com o Peru, Colômbia e Venezuela. "A criação servirá para maior controle das áreas de fronteiras. O governo tem noção de que a área do Amazonas é muito cobiçada e está desprotegida. Até mesmo os traficantes têm sempre o Amazonas como rota do tráfico", afirmou um general que teve acesso ao estudo.

"Redividindo o Amazonas em

três vai ser possível uma melhor segurança na área", informou o oficial.

GASTOS

Preocupado com os gastos que poderão ocorrer com a criação dos novos territórios e em deixar o Congresso, se precisar, informado sobre os objetivos do governo, o Tribunal de Contas da União (TCU) resolveu entrar no circuito. O Tribunal vai acompanhar o estudo do governo por determinação do ministro Marcos Vilaça, que quer saber o total de recursos federais que foram destinados ou aplicados na Amazônia, nos dois últimos anos, e sua compatibilização com os planos de governo para a criação dos dois territórios a médio prazo.

"Precisamos saber se os recursos aplicados têm, efetivamente, contribuído na correção de desequilíbrios regionais, além da obrigatoriedade de assegurar valores da cultura e da soberania brasileira na região Amazônica", explicou o ministro Vilaça. Para acompanhar o estudo do governo, o TCU vai acionar seus auditores que poderão, inclusive, se articularem com os órgãos do governo envolvidos na redivisão.

O ministro Marcos Vilaça informou que o trabalho do TCU é "para prestar eventual auxílio ao Congresso Nacional, quando solicitado, além de avaliar a decisão a ser tomada pelo governo. Além dos nomes, os territórios já têm suas capitais escolhidas. Rio Negro terá como capital São Gabriel da Cachoeira, situado ao norte do estado do Amazonas, e o Alto Solimões terá Tabatinga como capital.

DEPENDÊNCIA

O grande problema para a criação dos dois territórios é o alto custo para o governo federal. Isso porque, de acordo com a Constituição, o governo federal é obrigado a destinar recursos específicos para as áreas de educação, saúde, transportes e outros setores. Além disso, os territórios seriam administrados por um governador nomeado pelo governo federal.

Ainda pela Constituição, caso os dois territórios sejam criados, a Câmara dos Deputados terá que aumentar as suas dependências com oito novos gabinetes e mais oito cadeiras no plenário. A Constituição determina que cada território seja representado no Congresso por quatro deputados e nenhum senador.

Com a possibilidade de criação dos dois territórios, com a divisão do Amazonas, o governo tenta reverter uma idéia que foi abolida nos governos passados que é a volta dos territórios. Na Constituição de 1988, o governo, com o apoio dos constituintes, conseguiu abolir os territórios existentes na época, transformando-os em estados.

Entretanto, em 1989, uma comissão de parlamentares e integrantes do poder Executivo voltaram a insistir na criação de territórios e chegaram a fazer um estudo sugerindo a criação de cinco. A comissão foi extinta e os projetos arquivados. No início da semana, o próprio Fernando Henrique chegou a cogitar a recriação do território federal do arquipélago de Fernando de Noronha, onde passou o réveillon.

Zuleika de Souza



Vilaça: assegurar valores da cultura e da soberania brasileiras na Amazônia

NOVOS TERRITÓRIOS

RIO NEGRO

CAPITAL
São Gabriel da Cachoeira
LOCALIZAÇÃO
860 quilômetros de Manaus
ÁREA TOTAL
346 mil quilômetros quadrados
FRONTEIRA
com Colômbia e Venezuela
HABITANTES
44 mil, grande maioria indígena

ALTO SOLIMÕES

CAPITAL
Tabatinga
LOCALIZAÇÃO
1.100 quilômetros de Manaus
ÁREA TOTAL
130 mil quilômetros quadrados
FRONTEIRA
Colômbia e Peru
HABITANTES
91 mil